

A CONSAGRAÇÃO DA HERESIA: TENTATIVA DE SÓCIO ANÁLISE DE UM MICROCOSMO

The consecration of heresy: Attempt at socio-analysis of a microcosm

Lidiane Soares **RODRIGUES** (Historiadora e doutoranda em História USP, São Paulo, Brasil)

“Eu não acho que eles joguem de maneira muito certa”, Alice começou em um tom de queixa, “e discutem de um jeito tão maluco que você não consegue ouvir ninguém falar...e parece que eles não têm nenhuma regra. Finalmente, se têm, ninguém parece respeitar...você não faz ideia de como é confuso jogar com todas essas coisas vivas. Por exemplo, o arco sob o qual deveria passar minha bola mudou-se para o outro lado do campo...e quando eu deveria atingir o ouriço da Rainha agora há pouco, ele saiu correndo ao ver o meu se aproximando!”

Alice no País das Maravilhas

Todos nós já sentimos certa alegria ao encontrar um rosto conhecido no meio de uma multidão sem rosto; ou vários rostos conhecidos no meio de um grupo estranho.

Há muitas ocasiões em que esse conforto pode nos ocorrer. Na faculdade, descobrimos alguém que estudou no mesmo colégio; ou quando, em qualquer lugar, encontramos pessoas com o mesmo repertório musical, artístico, intelectual, político. Quanta felicidade quando se começa um poema e um indivíduo entre os presentes o continua – dando prova de uma comunidade espiritual, que em geral tomamos como superior. Predileções esportivas em comum, por exemplo: como conter aquela surpresa que emerge num “você também!”, o mesmo se observando quando nossos pais têm profissões idênticas, ou pertenceram ao mesmo movimento político. Hobbies, prazeres, dificuldades: uma vez descobertos em comum são capazes de se tornar poderosas forças de atração. Tanto mais fortes, por sinal, se o elemento em questão, digamos um gosto qualquer, for tomado como uma raridade, o que nos faz caprichar nas tintas de nossa idiossincrasia. Somos todos, a propósitos distintos, engolfados nesse fenômeno. Será que nos damos conta, para além da mágica da ‘coincidência’, das propriedades sociais que estão em jogo nessas ‘afinidades eletivas’?

A menção a eventos de nossa biografia convoca sempre algum pudor – deve-se problematizar a memória e coisas do gênero. Ciente de todas as ressalvas que me cabem, peço licença para ir diretamente ao conteúdo que, por mais que me censure, vivo como se realmente tivesse sido assim – e é bem provável que tenha sido. A primeira vez que me lembro de ter ouvido falar de Sociologia foi por meio de uma professora que conversava com a turma da escola a respeito das profissões. Ela disse, “um sociólogo, por exemplo, aqui na sala, logo atentaria para a maneira como vocês se distribuem no espaço, tornam-se amigos...” – fiquei estarrecida: então um sociólogo era alguém capaz de me explicar porque eu me sentia permanentemente desarranjada no mundo. Hoje, imagino porque ela teria dito isso, e penso que talvez soubesse de tudo de mais comezinho que ocupava a vida daqueles adolescentes para os quais lecionava. A observação dela volta-me numerosas vezes e, numa dessas, foi Norbert Elias que, de um modo simples, fê-la ressurgir: “a sociologia deve explicar o que une e o que aparta os indivíduos”. Tão simples e tão difícil – um projeto como esse implica rasgar o véu da

fantasia, a que chamamos “empatia”, que nada explica e que muito exige dos que pretendem explicá-la. Quais as propriedades sociais que nos torna capazes de amar e odiar gentes e ao mesmo tempo incapazes de analisar as disposições prévias em jogo nessa atração e nesse rechaço? Buscar a sociológica da ligação e segregação dos indivíduos implica viver a sedução mágica das afinidades para melhor poder desvendá-la, maldição de não fruir o inefável. Como



Assembléia de Greve

o que interessa nessa tentativa – sim, ensaio descompromissado com a precisão – é certa sociológica desse enlaçamento intenso entre indivíduos, e sua contrapartida, a cisão irremediável com outros, talvez seja proveitoso ficar rente a pequenos grupos, pois, neles, as ligações têm essa inelutável intensidade que faz da memória uma cicatriz de Ulisses. De forma talvez difusa, não o sabemos, mas o sentimos. Afinal, não é agradável saber quem são “nós” e quem são “eles”, ainda que se ignore (e talvez por se ignorar) como sociologicamente nos tornamos nós, e eles, eles? O mesmo Norbert Elias adverte também que a análise deve tornar mais clara a experiência daqueles, e para aqueles, que examina – afinal, toda experiência, em sua singularidade encerra uma verdade sociológica, da qual não se aproxima e a qual não se amplia se pensarmos que as disciplinas científicas sejam superiores a ela. Dito de modo simples: a boa sociologia não assassina os termos dos agentes que analisa, parte deles para lhes lançar luz em ângulos não evidentes.

O percurso desse desprezioso comentário a pretexto da mobilização e greve que emergiram na Universidade de São Paulo há alguns meses talvez pareça estranho a alguns – suspeito, para os mais envolvidos nela. Porém, se para os escolados na sociologia das coteries e da cultura, tudo o que seja ensaiado aqui não passe de banalidades, aqueles mais envolvidos na movimentação grevista não são apenas objeto da visada, pois está só terá valor se auxiliá-los na inteligibilidade da experiência em tela. Para confessar toda a ambição e temor: os elos – estabelecidos, intensificados ou rompidos – promovidos pela sociabilidade de greves e mobilizações são muito intensos, bem valem uma missa. A que segue é leiga, em matéria de Universidade e de Igreja e gostaria de atinar para a sociológica desses elos.

Houve greve na USP em 2009, mais uma vez. Porém, a greve não é exatamente na USP – esta unidade fictícia – e “mais uma vez” ecoa a insatisfação a respeito da frequência das greves na USP que não existe. Tudo certo como dois e dois são muitos. Em 2009, novamente, greve em unidades aguerridas da USP – e ninguém imagina melhor coração para elas do que a Faculdade de Filosofia¹, muito embora houvesse outras em greve, e a Faculdade de Filosofia estivesse minada por diferenças entre seus cursos, poucos deles parados, de fato. É tema dos mais instigantes as relações entre a Faculdade de Filosofia e a USP. Na boca pequena do alto ao baixo escalão, sabe-se a imagem que as demais unidades guardam dela, e das humanidades em geral – improdutiva e onerosa. Os mais generosos ou ilustrados acrescentam: um dia já foi o centro da Universidade, antes de seus membros mais respeitáveis serem aposentados compulsoriamente. Mas poucos se lembram desse episódio e se a ele faço menção é apenas para registrar algo da minha indagação a respeito do esquecimento disso, em particular neste ano, em que se completam quarenta anos dele. Poucos mesmos se lembram, mesmo nesta mesma Faculdade de Filosofia.

De todo modo, as greves são vividas de modo dramático no interior da Faculdade de Filosofia, pois dela se espera uma tomada de posição, que entre na luta, que debata a Universidade e todo um conjunto de tarefas das quais as outras unidades estão mais ou menos dispensadas – é curioso o consenso não explícito nem acordado a respeito disso. A observação que interessa, contudo, é que, havendo esta especialização social do trabalho do pensamento entre as unidades e, dentro delas, certa divisão em tempos de rotina e em tempos de exceção, temos esse quadro, no qual a Faculdade de Filosofia tem sido efetivamente uma Faculdade de Filosofia apenas em tempos de exceção – em meio a greves. Há algo do voyeur sociológico em quem flana atentando para a dinâmica social que neles figura em tempos de rotina e em tempos de greve. Qual o tema dos diálogos entre as aulas, nos corredores, nos cafés, nas caminhadas, nos ônibus, na fila do almoço – em dias normais, não de greve? Eles dizem respeito à vida universitária e à vida da Universidade? Ora, mesmo que se dispense o prazer de flunar, é notável

que tudo se passa como se a Faculdade só se pensasse nos breves, mas periódicos, intervalos de exceção. Ora, mas se assim o for, é na exceção que a Faculdade se torna de Filosofia. Em tempos de normalidade, ela parece funcionar segundo a lógica da avaliação quantitativa, da corrida dos créditos, da produtividade, em suma, do mercado, não é preciso aqui dizer muito mais que isso. E, no entanto, tanto se teria a dizer. Como será possível que o exercício de se pensar – refletir, em seu sentido pleno – que deve nos definir só se realize quando param as atividades rotineiras? A (nossa) rotina não deveria ser esta da crítica? Será na exceção da rotina que se encontrará a reserva para a crítica? Suspeito que algo disso seja verossímil e responda pela prontidão com que a Faculdade de Filosofia responde às greves. Não adere facilmente, não apoia imediatamente, no entanto, a ela não passa incólume como outras unidades.

Como a festa e a revolução, a greve não é permanente – que me perdoem os trotskistas, gente muito simpática. O preparo é outro, e o gosto também. O lúdico, o jogo, a aventura, o imprevisível dentro de certa previsibilidade que nutre angústia e ansiedade nos agentes – parecem estar na festa, na revolução, na greve. Tempos de exceção em que se toleram condutas não toleradas na rotina. Na festa, a bebida, a dança, sentimentos mais livres das modalidades socialmente aceitas de sua expressão. Na revolução, tudo parece poder ser experimentação estética, social, existencial – até que a política nos devolva os limites. Na greve, o diálogo entre iguais que são desiguais, as aproximações improváveis inscritas na probabilidade das afinidades, novos laços. E contudo, se a greve não é permanente, como negar que ela tenha se tornado quase periódica? O tom irônico do “esse ano tem greve” denuncia a rotinização desse tempo de exceção. A consequência todos sabemos: perda do poder de barganha pelo desgaste do instrumento de luta. Porém, por outro lado, parece já fazer parte da formação do estudante médio da Faculdade de Filosofia – pensar a Faculdade, a Universidade, seu papel social, o isolamento da sociedade inclusiva, a busca pela autonomia, a história de suas relações com a política: pauta mínima que virá à tona certamente, em qualquer greve. Forma, por assim dizer, esse estudante. Nessa ruptura com a rotina, na greve, é alto coeficiente de rebeldia: moeda de mais alto valor no mercado dos bens simbólicos em tempos de exceção. É preciso, para participar, rebelar-se. É preciso ter algo contra o que se rebelar. É preciso também ter com quem se unir nessa rebeldia.

Um microcosmo muito restrito – alguns dirão “demais”, porém micro ou macro escala depende do que se pretende observar – permite desenvolver algumas sugestões. Entre os mais mobilizados cursos da Faculdade de Filosofia, o de História destacou-se na última greve, por ser também cenário de condutas que há poucos anos nele não teriam vez. Antes mesmo de a polícia intervir no campus, uma aluna a chamou, por conta das barricadeiras em frente às portas das salas de aula, e de seu direito de “ir e vir” nos corredores. Já se sabe o que havia de charlatanice na própria atitude, de conluio com outros, não-universitários, e do telefonema dado por alguém que sequer subiu as rampas que davam acesso às barricadeiras. Interessa, contudo, tentar compreender, para ser sintética, por que a conduta, decerto sempre defendida por muitos, mas que sofria uma espécie de constrangimento, foi tão decididamente assumida. Junto a ela, tiveram voz ostensivos apoios estudantis à intervenção policial no interior do campus, tornando possível e razoável a emergência, não exatamente de “grupos de direita”, eles estão por toda parte, mas a aglutinação, identificação e ostentação de grupos de estudantes anti-grevistas, alguns com ligações com grupos de extrema direita. Ineditamente, a tomada de posição anti-greve ocorreu durante a greve, e não apenas por ocasião das assembléias marcadas pela dar cabo dela, e sustentada por atitudes e palavras de ordem que, há poucos anos, se diria impossíveis existirem assumidamente na Faculdade de Filosofia.

Quem são eles? Quais as condições sociais e políticas do microcosmo universitário que promoveu a união desses indivíduos – qual a sua sócio-lógica? Esse enigma não será desarmado nesse texto – ultrapassa enormemente seu escopo meramente de alerta, para os que se dispõem a encará-lo, e mera provocação para os mais apressados – e certamente também não o será por seus adversários, os grevistas, ocupados demais com suas causas. Essas notas são um esboço para uma aproximação das duas partes desse jogo perverso em que a identidade simbólica sustentada na universidade não corresponde, senão de maneira enviesada, à dura e fria localização na sociedade inclusiva, dos que a sustentam. Aventuro-me a ser tiroteada por ambos os lados, porém talvez valha a pena sugerir que a sociológica de ligação entre grevistas e não-grevistas não se encerra no que ambos os lados proclamam a respeito da universidade, posto que o que proclamam a respeito da universidade se nutre em sua experiência e origem sociais, mediadas pela ressocialização que sofrem na instituição. A tentativa dessas notas – a despeito de reconhecer o quão são importantes fatores como “avanço do neoliberalismo” e categorias explicativas dessa amplitude genérica, de tanta dileção de alguns setores mobilizados na universidade e fora dela; bem como compartilhar da busca por uma universidade laica, democrática, crítica, autônoma – é abrir uma rota de indagações que as acusações recíprocas, na retórica da barricada, não formulam. Dito de maneira simples: o que agrega sociologicamente um lado e outro, e, por oposição, os lança à indissociabilidade dos lados de uma mesma moeda, é no final das contas a posição com relação à greve? Suspeito que não, talvez porque a todo o tempo, pergunte-me, o que une dolorosamente os indivíduos e o que os separa irremediavelmente. Flanando entre grevistas e antigrevistas, ouve-se o que uns dizem dos outros e, portanto, de si mesmos. Mas como ouvir o que não dizem?

A Faculdade de Filosofia esteve minada de tensões com teor classista desde suas origens. Antônio Candido e Florestan Fernandes, sem jamais deixarem de ser amigos, polarizaram duas modalidades de análise sociológica: a cultural e a cientificista, respectivamente. Simplificando muito o argumento, o domínio e a familiaridade de Antônio Candido com a literatura universal o ligavam a um tipo de sociologia e um tipo de crítica literária a ela associada que eram inacessíveis a Florestan Fernandes, cuja sôfrega ascensão tinha se dado por meio dos estudos tardios e da disciplina austera, típica dos que não têm nada em que apostar senão numa recompensa dela. A oposição envolveu ambos no jogo universitário, e cada qual a seu modo, e em momentos distintos, venceu. Florestan Fernandes inegavelmente eliminou o ensaísmo, o diletantismo, impôs a ciência sociológica moderna e contribuiu para que se criassem disposições cognitivas afeitas a ela, legitimando-a. Seus modos plebeus, seu mau jeito, sua dificuldade nos maneirismos intelectuais não ficam apagados por sua obra, mas em grande parte a iluminam – a linguagem da ciência dispensa a erudição nutrida em casa, de que também ele foi privado. Por sua vez, Antônio Candido é sempre nossa reserva intelectual, política e estética. É como ele, e não como Florestan Fernandes, que todos nós gostaríamos de escrever. É a ele que chamamos quando os valores últimos associados à Universidade correm risco de vida, como neste ano – e ele sempre vem.

De todo modo, é preciso apreender a dinâmica da clivagem classista aí ilustrada. Ela não é a mesma que ocorre fora do universo da ciência e da cultura. A polarização mencionada remete à diferença na origem social de ambos, sem a ela se reduzir, pois é recalibrada por aquilo que ligava ambos e, ao mesmo tempo, os localizava em polos distintos na discussão acerca do métier sociológico. Na ciência de Florestan ou na cultura de Antônio Candido, compromisso com a seriedade do trabalho intelectual e a defesa das condições políticas de seu exercício unem a obra sociológica e institucional de ambos. A divergência a respeito da modalidade mais legítima de realização plena desse compromisso e do tipo de sociologia implicado nele realça

o espaço comum na base da oposição: a autonomia da ciência e o valor do trabalho das ideias. Florestan, que não dominava a alta cultura, dominou o repertório que o trabalho escolar lhe ofereceu e o tornou parâmetro de avaliação da produção em ciência social. Quais as providências que um jovem em apuros com o patrimônio cultural dominado por seus pares-concorrentes, ávido por fazer parte da comunidade que compõem, pode tomar hoje? Quais providências esse jovem tomaria em meio a uma greve que não entende, mas da qual quer ser parte?

Walter Benjamin comentava, a respeito do caminho de Guermantes de Marcel Proust, a evidência de que o que interessa não é entender “ideias” que poderiam ser ditas de maneira muito simples, porém a dificuldade da vida social reside na aprendizagem da linguagem manejada pelos grupos que as produzem. Linguagem esta que só aos que não a dominam pode aparecer como vocabulário, posto que envolve um estoque de citações, glosas, autores, gestos, roupas, predileções e toda infinidade de pequenas coisas que podem denunciar a pertença ou não a uma coterie. Superando os rodeios que já se alongam nessa reflexão, toda a indagação que a move pode ser sintetizada: o caminho de Guermantes da mobilização estudantil está aberto a todos? Sublinho: não a universidade – livre, democrática, laica, autônoma, de qualidade, que defendemos – que sabemos elitista, mas a sociabilidade dos grupos que acreditam se constituir em torno dessa bandeira comporta a entrada “aberta” dos indivíduos? Ora, o dever de rebelar-se, coação a que todos se sentem submetidos tão logo se vejam na configuração social da greve – e para isso, basta querer existir nela –, afinal todos se rebelam contra alguma coisa na greve, por vezes pode fazer emergir o rebelar-se contra a própria greve. Se todos devem se rebelar e a rebeldia com relação às grandes autoridades – reitor, universidade, neoliberalismo – tornou-se monopólio dos grupos que podem exercê-la e são altamente seletivos socialmente; a rebeldia mais, digamos, acessível, é esta: contra a greve. Isso com um plus: pois mais crítico é aquele que critica os próprios críticos.

Com efeito, qual o repertório mobilizado por aqueles grupos “de direita”, e qual o mobilizado pelos de “esquerda”, senão, respectivamente, o do plebeu (conformado) e o do (aspirante a) erudito? – considerando o primeiro como um sujeito social para o qual as aspirações “naturais” do segundo, não raramente, sequer lhe ocorrem, a não ser como veleidades imaginosas. A linguagem, os gestos, o comportamento político dos grupos de extrema direita, convenhamos, são, não cometamos o sacrilégio de dizer mais democráticos, porém, acessíveis a praticamente todos os indivíduos que vivem na sociedade inclusiva, da qual se aparta relativamente, como condição da existência do exercício intelectual, o microcosmo da sociabilidade universitária. De outro lado, as assembleias e seu púlpito, com sua linguagem, regras, modos de conduta, estilo subversivo de consagração, citações perfunctórias são muito pouco acessíveis aos que não dominam esse repertório, estoque de ideias e comportamento hauridos na socialização no movimento estudantil. Socialização esta já resultante de uma série de elementos sociais prévios e seletivos: tempo disponível para militância e estudos, agregação por conta de escolas em comum frequentada com outros membros, profissão e/ou militância dos pais etc. Assim, por mais que os grupos que vimos emergir – de antigrevistas ligados a movimentos direitistas – empreguem o vocabulário de seus adversários – palavras como ‘democrática’, ‘crítica’, ‘autônoma’, ‘defesa de direitos’ – seu manejo é sofrível, denunciando uma incorporação por mimese ou por mídias vulgares: de todo modo expondo um profundo desconhecimento do sentido desses termos. Na disputa verbal da barricada, a exposição dessa condição consiste num exercício de verdadeira humilhação social. Cientes disso, não se ligarão facilmente em oposição àqueles que dominam tal repertório, em instâncias nas quais não precisem “dialogar” com seus adversários, nas quais não se vejam expostos em sua frágil

formação política e possam, assim, sem ter de assumi-la, participar do espaço imaginário de interlocução de que não participam? Há, é preciso reconhecer um trabalho estudantil especializado na emissão de mensagens segundo as quais todos devem participar. Mas a defesa verborrágica do “todos” esconde a o preparo exclusivo, socialmente condicionado, de “alguns” tanto para esse trabalho discursivo, quanto para a recepção dele.

Como ocorre sempre, os textos sobre greves e mobilizações são tomados por leitores que dificilmente se entregam ao deleite – e não creio que essas linhas o possam propiciar – pois os leem buscando sempre descobrir: “qual é a desse autor?”, “afinal, o que ele quer então”. Posta na parede por este possível-provável leitor, devo dizer que, se ainda não ficou evidente, não imagino que a cisão de classe vá ser eliminada da Universidade por meio de sua “democratização” interna, mas creio que ter uma linguagem mínima em comum seria um primeiro passo para a democratização do diálogo – ou melhor, para a existência dele – e acredito que haja um elemento na formação dos grupos antigrevistas que diga respeito à seleta ressocialização promovida pelo espaço universitário em torno das prerrogativas do exercício da crítica: tempo livre, domínio de repertório, ligações familiares etc. Também não acredito que necessariamente a clivagem de classe tenha que se dar de maneira unívoca: não desconheço que plebeus e elites decaídas possam se aproximar e tomar posições afins, em geral “radicais” – aqueles que se ocupam da história da Universidade de São Paulo bem sabem que esse tipo de recrutamento foi marcante em sua origem e não pode ser ignorado ainda hoje, a despeito de que as elites e os plebeus resultem de processos sociais de ascenso e descenso diferentes daqueles anos. De todo modo, mantêm-se próximos e radicais, pois é esta curva do trajeto social e as disposições por ela alimentadas que os aproxima, o plebeu que nada tem a querer e a elite que tudo pode dispensar. Assim, não se pense que a composição classista dos grupos à direita ou à esquerda do meio estudantil seja, de qualquer um desses lados, homogênea; sendo muito provável que a diversidade de origens sociais em ambos seja semelhante. No interior das instituições, a ressocialização agrega e cinde os indivíduos e, se são tributários de suas origens no manejo do aprendizado, sua localização é fortemente condicionada pelos diferenciais de poder internos. Mas a possibilidade de se apropriar deles varia – numa fração heterogênea em sua composição classista, não serão os líderes anti lideranças os mais escolados na linguagem da rebeldia, familiarizados com a vida política, com tempo livre para exercê-la democraticamente?

Dentre os diferenciais de poder, um dos mais básicos consiste no domínio de certa tradição – como todas, inventadas – da própria história da Universidade. Não por acaso, nas cerimônias que elaboramos em greves, nossos maiores são chamados para dar seu depoimento a esse respeito, recontando os eventos, restaurando a comunidade simbólica em torno do conhecimento e da interpretação deles. É notório que tal tradição é uma das reservas intelectuais dos grevistas. E que seus adversários não sabem mobilizá-la. Tudo se passa como se, nesses períodos, nessas cerimônias, na sociabilidade estudantil, os grevistas fossem a Faculdade, a Universidade – razão pela qual, talvez, esse lapso de tempo de exceção jogue seu papel nas oposições. Os antigrevistas primam, a seu modo, pela normalidade – única “Faculdade” que conhecem. Os grevistas, não raro, querem a greve pela greve, o tempo de exceção: uma Faculdade de Filosofia.

As condições sociais de sustentação de concepções a respeito da arte e da ciência já são corriqueiras, muito embora demorem um pouco para levá-las em consideração na análise dos juízos emitidos a respeito da Universidade, da Faculdade de Filosofia e de nossas disciplinas. Se os julgamentos científicos, estéticos, morais forem explicados em seus próprios termos – científicos, estéticos, morais – toda análise poderia ser um exercício de palimpsesto. É demais

pedir que haja um entendimento sociológico de um grupo – acredite ele se aglutinar em torno de bandeiras científicas, estéticas ou mesmo sociais? Para dizer tudo de maneira direta, como convém a um texto sobre mobilizações estudantis: nosso “radicalismo”, pedra de toque de uma dominação simbólica das mais eficazes, não é alheio ao seu recrutamento social, e só os idealistas para louvar a fidelidade a ele como fonte de mérito anti meritocracia – afinal a crítica à meritocracia é mais propícia entre os que dela podem ser dispensados; muito embora a adoção dela como critério exclusivo de valorização obnubile que alcançá-la não é algo indiferente ao capital social, econômico e cultural dos que a gozam. Ignorar esse elemento não é uma atitude de conhecimento de nossa vida social universitária, senão o reconhecimento da legítima violência envolvida na eliminação dos que não têm o capital cultural necessário para ser radical. Sem a consideração disso, podemos ficar tranquilos e associar a emergência dos grupos de direita antigrevistas ao neoliberalismo – e todo nosso vasto cardápio de conceitos simbólicos: à queda tendencial da taxa de lucros/juros, à subsunção formal do trabalho ao capital, ao fetiche – e nos auto adularmos em nossa potência crítica. Mas eles se proliferarão.

NOTA

1 - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no pós-reforma universitária de 1969, a FFLCH, dada a mil alterações grosseiras. Gosto de chamá-la Faculdade de Filosofia, mesmo sabendo que um nome que se goste muito talvez evoque o que não exista.